



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 21005.000647/2022-85

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA - GO - UASG 130032

PREGÃO ELETRÔNICO - LEI Nº 8.666 E LEI Nº 10.520

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição eventual e futura de gases especiais, Gás Liquefeito de Petróleo - GLP e nitrogênio líquido**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Código do Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Quantidade Órgão Gerenciador	Quantidade Total Órgãos Não Participantes	Valor Unitário Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total Máximo Aceitável - Órgão Gerenciador (R\$)	Valor Total Máximo Aceitável - Órgão Não Participante (R\$)	Valor Total Máximo Aceitável - Órgão Gerenciador e Órgãos Não Participantes (R\$)
1	370022	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ACETILENO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA: C ₂ H ₂ , MASSA MOLECULAR: 26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍN. 99,8%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO MÍNIMO 2.7, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 74-86-2	QUILOGRAMA	Menor Preço	54	270	116,49	6.290,46	31.452,30	37.742,76
2	377322	GÁS COMPRIMIDO, NOME: AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO: INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA: MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO 5.0	METRO CÚBICO	Menor Preço	30	150	129,55	3.886,50	19.432,50	23.319,00
3	391508	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO:	METRO CÚBICO	Menor Preço	20	100	133,09	2.661,80	13.309,00	15.970,80

		INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR: 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU PLASMA 5.0, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7440-37-1, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: ULTRAPURO								
4	374983	GÁS COMPRIMIDO, NOME: HÉLIO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR: 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO 5.0, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440- 59-7	METRO CÚBICO	Menor Preço	54	270	254,76	13.757,04	68.785,20	82.542,24
5	381871	GÁS COMPRIMIDO, NOME: HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H2, MASSA MOLECULAR: 2,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1333-74-0	METRO CÚBICO	Menor Preço	20	100	131,25	2.625,00	13.125,00	15.750,00
6	366179	GÁS COMPRIMIDO, NOME: NITROGÊNIO GASOSO, ASPECTO FÍSICO: INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA: N2, MASSA MOLECULAR: 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,996%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO 4.6, NÚMERO DE REFERÊNCIA	METRO CÚBICO	Menor Preço	20	100	36,56	731,20	3.656,00	4.387,20

		QUÍMICA: CAS 7727-37-9, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: APLICAÇÃO: CROMATOGRAFIA GASOSA, PRESSÃO: 200 KGF/CM3								
7	376256	GÁS COMPRIMIDO, NOME: NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA: N2, MASSA MOLECULAR: 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍN. 99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7727-37-9	LITRO	Menor Preço	120	600	15,75	1.890,00	9.450,00	11.340,00
8	422898	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, ODOR E SABOR ADOCICADO, FÓRMULA QUÍMICA: N2O, MASSA MOLECULAR: 38,63 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO 2.5, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10024-97-2	QUILOGRAMA	Menor Preço	56	280	57,08	3.196,48	15.982,40	19.178,88
9	461651	GÁS REFINO DE PETRÓLEO, TIPO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP. CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: BUTANO, PRESSÃO VAPOR: 5 KGF/CM2, PONTO MÁXIMO EBULIÇÃO: 2 °C, TEOR MÁXIMO ENXOFRE VOLÁTIL: 0,36 G/M3, CORROSIVIDADE MÁXIMA: 1, UMIDADE: NÃO APLICÁVEL, COMPOSIÇÃO PROPANO: NÃO APLICÁVEL PER, NORMAS TÉCNICAS: MB 281, FORNECIDO EM BOTIJÃO DE 45 KG OU BOTIJÃO DE 13 KG.	QUILOGRAMA	Menor Preço	719	3595	11,26	8.095,94	40.479,70	48.575,64
Valor Global (R\$)								43.134,42	215.672,10	258.806,52

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

Órgão Gerenciador: Laboratório Federal de Defesa Agropecuária - LFDA-GO - UASG 130032					
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total

1	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ACETILENO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA: C ₂ H ₂ , MASSA MOLECULAR: 26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍN. 99,8%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO MÍNIMO 2.7, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 74-86-2	QUILOGRAMA	9	18	54
2	GÁS COMPRIMIDO, NOME: AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO: INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA: MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO 5.0	METRO CÚBICO	10	20	30
3	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR: 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU PLASMA 5.0, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7440-37-1, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: ULTRAPURO	METRO CÚBICO	10	20	20
4	GÁS COMPRIMIDO, NOME: HÉLIO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR: 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO 5.0, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	METRO CÚBICO	9	27	54
5	GÁS COMPRIMIDO, NOME: HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H ₂ , MASSA MOLECULAR: 2,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1333-74-0	METRO CÚBICO	10	20	20
6	GÁS COMPRIMIDO, NOME: NITROGÊNIO GASOSO, ASPECTO FÍSICO: INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA: N ₂ , MASSA MOLECULAR: 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 99,996%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO 4.6, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7727-37-9, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: APLICAÇÃO: CROMATOGRAFIA GASOSA, PRESSÃO: 200 KGF/CM ³	METRO CÚBICO	10	20	20
7	GÁS COMPRIMIDO, NOME: NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA: N ₂ , MASSA MOLECULAR: 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍN. 99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7727-37-9	LITRO	10	25	120
8	GÁÁS COMPRIMIDO, NOME: ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO: INCOLOR, ODOR E SABOR ADOCICADO, FÓRMULA QUÍMICA: N ₂ O, MASSA MOLECULAR: 38,63 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO 2.5, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10024-97-2	QUILOGRAMA	28	28	56
9	GÁS REFINO DE PETRÓLEO, TIPO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP. CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: BUTANO, PRESSÃO VAPOR: 5 KGF/CM ² , PONTO MÁXIMO EBULIÇÃO: 2 °C, TEOR MÁXIMO ENXOFRE VOLÁTIL: 0,36 G/M ³ , CORROSIVIDADE MÁXIMA: 1, UMIDADE: NÃO APLICÁVEL, COMPOSIÇÃO PROPANO: NÃO APLICÁVEL PER, NORMAS TÉCNICAS: MB 281, FORNECIDO EM BOTIJO DE 45 KG OU BOTIJO DE 13 KG	QUILOGRAMA	13	200	719

1.1.1.1. As quantidades por contrato celebrado a partir da Ata de Registro de Preços poderão ser diferentes dos limites previstos acima, caso aceito pela Contratada.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias contados do recebimento e aceitação da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nas tabelas acima. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do Catálogo de Materiais - Catmat ou nos Estudos Técnicos Preliminares e neste instrumento, prevalecem estas últimas.

1.3.1. As quantidades do contrato para todos os itens são meramente estimativas, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de materiais efetivamente entregues.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação se encontram definidos no Anexo I - Estudos Técnicos Preliminares, deste instrumento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo abrange a aquisição de gases especiais, Gás Liquefeito de Petróleo - GLP e nitrogênio líquido, para desenvolvimento de análises e manutenção dos serviços de copeiragem, por meio de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, sendo que para os gases especiais e GLP, será adotado o comodato de cilindros ou botijões e para o nitrogênio líquido, o cilindro de armazenamento é de propriedade da Administração contratante.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de bens comuns a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019. Será adotado o Sistema de Registro de Preços - SRP, pelo enquadramento nas

hipóteses do art. 3º, incisos I, II, III e IV, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, considerando que há necessidade de contratações frequentes do objeto, é conveniente o parcelamento do objeto, o objeto pode ser adquirido para mais de um órgão ou entidade e, pela sua natureza, não é possível estabelecer previamente o quantitativo a ser demandado.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. A entrega dos bens será da seguinte forma:

6.1.1. Os bens serão entregues em parcela única, para cada contrato celebrado a partir da Ata de Registro de Preços.

6.1.2. Os bens serão acondicionados e fornecidos da seguinte forma:

Itens / Produtos	Descrição Resumida	Forma de Acondicionamento do Produto em Estoque no Órgão Gerenciador
1	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ACETILENO	2 (dois) cilindros de aproximadamente 9 Kg (nove quilogramas), em regime de comodato.
2	GÁS COMPRIMIDO, NOME: AR SINTÉTICO	2 (dois) cilindros de aproximadamente 10 m³ (dez metros cúbicos), em regime de comodato.
3	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ARGÔNIO	2 (dois) cilindros de aproximadamente 10 m³ (dez metros cúbicos), em regime de comodato.
4	GÁS COMPRIMIDO, NOME: HÉLIO	3 (três) cilindros de aproximadamente 9 m³ (nove metros cúbicos), em regime de comodato.
5	GÁS COMPRIMIDO, NOME: HIDROGÊNIO	2 (dois) cilindros de aproximadamente 10 m³ (dez metros cúbicos), em regime de comodato.
6	GÁS COMPRIMIDO, NOME: NITROGÊNIO GASOSO	2 (dois) cilindros de aproximadamente 10 m³ (dez metros cúbicos), em regime de comodato.
7	GÁS COMPRIMIDO, NOME: NITROGÊNIO LÍQUIDO	1 (um) cilindro de aproximadamente 25 L (vinte e cinco litros), de propriedade da Contratante.
8	GÁS COMPRIMIDO, NOME: ÓXIDO NITROSO	1 (um) cilindro de aproximadamente 28 Kg (vinte e oito quilogramas), em regime de comodato.
9	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, TIPO GLP: BUTANO	4 (quatro) botijões de 45 Kg (quarenta e cinco quilogramas), em regime de comodato. 6 (seis) botijões de 13 Kg (treze quilogramas), em regime de comodato.

6.1.1. Os produtos serão acondicionados conforme tabela acima, sendo que o fornecimento deve ocorrer mediante contrato celebrado a partir da Ata de Registro de Preços, sempre que necessário repor o estoque da Administração contratante.

6.1.2. O prazo para entrega dos bens será de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por até 90 (noventa) dias, mediante justificativa por escrito apresentada pela Contratada antes do vencimento do prazo e aceita pela Administração.

6.1.3. A localidade e os horários para entrega dos bens serão os seguintes:

6.1.3.1. Órgão Gerenciador: Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiânia - LFDA-GO, Rua da Divisa, s/n, Setor Jaó, Goiânia-GO, CEP 74.674-025, de segunda à sexta-feira, das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h.

6.1.3.2. Órgãos Não Participantes (carona): local indicado pelo respectivo Órgão Carona, mediante anuências prévias cabíveis.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no momento da entrega no local designado, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações exigidas e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade e capacidade do cilindro e valor dos impostos e das contribuições a serem retidos na operação, nos termos da Instrução Normativa RFB/MF nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e demais normas aplicáveis;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. responsabilizar-se por todas as informações prestadas por seus representantes comerciais, prepostos e demais funcionários;

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação do objeto, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, se exigidas como documento de habilitação; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017;

8.3. A Contratada deverá ainda atender aos seguintes critérios de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - DECOR/CGU/AGU:

a) Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

a.1) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

a.2) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

a.3) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

b) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

b.1) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

b.2) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

b.3) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

8.4. A Contratada deverá ainda atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010, atentando-se para o que couber:

8.4.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

8.4.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, sempre que aplicável;

8.4.3. que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

8.4.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

8.4.5. que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagens recicláveis.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos originalmente; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. As comunicações com a Contratada serão realizadas por sistema informatizado, e-mail informado pela Contratada ou carta com aviso de recebimento, sendo os prazos contados a partir do registro, do recebimento da mensagem eletrônica ou do recebimento do aviso, respectivamente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. A Nota Fiscal ou Fatura será emitida e o pagamento realizado após o recebimento definitivo do objeto no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas e identificar

possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I₀ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. Se o reajuste coincidir com eventual prorrogação de vigência de prazo, deverá ser firmado o competente Termo Aditivo. Se não coincidir, poderá ser levado a efeito por apostilamento, inteligência do disposto no § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. A vigência do contrato é inferior a 12 (doze) meses; e

14.1.2. Tratam-se de bens que, isoladamente, não representam valores significativos.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;

II - Multa:

a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez por cento);

b) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem IV também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência. (Este item deve ser suprimido se for contratação direta e licitações não fundamentadas na Lei nº 10.520, de 2002.)

15.4. As sanções previstas nos subitens I, III, IV e V poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. (Este item deve ser alterado para os ajustes dos subitens citados se suprimida a sanção de impedimento de licitar de até cinco anos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 - Lei do Pregão.)

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública

Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. RESCISÃO

16.1. O Contrato poderá ser rescindido:

16.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento; ou

16.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

17. VEDAÇÕES E PERMISSÕES

17.1. É vedado à Contratada interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

17.2. É permitido à Contratada caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

17.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

17.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na Instrução Normativa Seges/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

18. ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 65, § 1º, Lei nº 8.666, de 1993.

19. CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.2.1. No caso do item 9, prova de atendimento aos requisitos de exercício de atividade de revenda de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pela Agência Nacional de Petróleo, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016.

20.3. Para o item 9, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

20.4. No caso dos itens 1 a 8, não se aplicam os benefícios dispostos nos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, devido ao número de fornecedores do ramo que têm interesse em participar de licitações é muito restrito, sendo que a maior parte constitui em empresas que não se enquadram na categoria de ME e EPP, ou seja, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

20.5. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, agricultor familiar, produtor rural pessoa física e microempreendedor individual - MEI, será concedido tratamento favorecido, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

21. ACEITABILIDADE DE PREÇOS

21.1. O critério de aceitabilidade de preços: atendimento às exigências do ato convocatório e adequação do valor da proposta, que deverá ser inferior ao valor total de referência para o item, obtido por meio de pesquisa de preços na forma estabelecida na Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020.

21.2. Serão verificados os indícios de inexecuibilidade da proposta, aplicando-se, no que couber, os itens 9.2 a 9.6 do Anexo VII-A da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 26 de maio de 2017;

21.3. O critério de julgamento da proposta é o indicado para cada item na tabela do item 1.1 deste instrumento.

21.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação está previsto na tabela do item 1.1 deste instrumento.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

24. ANEXOS

24.1. São anexos deste instrumento:

24.1.1. **Anexo I - Estudos Técnicos Preliminares.**

Goiânia, 12 de maio de 2023.

ARTHUR BARBOSA FERREIRA
Chefe do Serviço Administrativo

VÁLTER FERREIRA FÉLIX BUENO
Chefe do Serviço Técnico Laboratorial



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR BARBOSA FERREIRA, Chefe de Serviço**, em 12/05/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALTER FERREIRA FELIX BUENO, Chefe de Serviço**, em 12/05/2023, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28563971** e o código CRC **38B6B395**.
